

FORÇA-TAREFA

Advogado cobrará respostas de procurador

O advogado Arimatéia Dantas, ex-vereador de Esperantina, anunciou ontem que o Movimento Força-Tarefa vai entrar hoje com um Mandado Judicial contra o Procurador Geral de Justiça, Antônio Ivan e Silva, cobrando dele respostas sobre a situação do Ministério Público no Interior do Piauí. "No ano passado solicitamos a relação de Promotores Públicos das respectivas Comarcas, no entanto, até hoje não obtivemos respostas". Antônio Ivan e Silva.

Arimatéia Dantas disse que a Força-Tarefa cobrou do Ministério Público ação do órgão judiciário contra as prefeituras inadimplentes com suas prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e punição pelas improbidades administrativas. "Atualmente são 142 municípios que não prestam contas em dia junto ao TCE", acrescentou o Advogado.

Outro pedido sem respos-



ARIMATÉIA Dantas quer ter respostas sobre inadimplentes

ta, segundo Arimatéia Dantas, diz respeito às informações solicitadas sobre quantas comarcas e respectivos titulares e quais os comissionados estão em Teresina e nas cidades. "Não obtivemos essas respostas, embora somos insistentes no perguntar. Temos ido constantemente à Procuradoria cobrá-las, entretanto,

não somos atendidos. Por isso, iremos entrar com um Mandado Judicial para fazer valer os pedidos feitos através de expediente da Força-Tarefa", complementou o Advogado, e acrescenta: "Aliás, a lei nº 9.051/95 nos assegura o direito de informação no prazo de 15 dias. No entanto, estamos com mais de 100 di-

as sem as respostas".

Arimatéia Dantas afirma que os promotores públicos são bem pagos com o dinheiro do contribuinte e eles têm o dever, conforme a Constituição Brasileira, de tornar a instituição Ministério Público guardião da sociedade. Ele informou também que está agendando uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembagador Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho, para comunicar sobre a omissão de autoridades no tocante às administrações dos municípios piauienses.

Sobre a iniciativa da Força Tarefa e do advogado Arimatéia Dantas, o procurador geral de Justiça, Antônio Ivan e Silva, disse que só tem satisfação a dar à Assembleia Legislativa, ao TCE e à Secretaria Estadual de Planejamento, que recebem relatório da Procuradoria mensalmente. "Aliás, o Ministério Público não servirá de palanque político para ninguém", ressaltou. (LCO)